



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora
Núcleo CCJR
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Parecer n.º 277/2018/CCJR

Referente ao Projeto de Lei n.º 80/2017 que “Dispõe sobre o atendimento diferenciado à mulher chefe de família, à mulher idosa e à mulher com deficiência nos programas habitacionais populares do Estado de Mato Grosso.”

Autora: Deputada Janaina Riva

Relator(a): Deputado(a)

Oscar Bezerra

I – Relatório

A presente iniciativa foi recebida e registrada pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 08/03/2017, sendo colocada em segunda pauta no dia 27/03/2018, tendo seu devido cumprimento no dia 05/04/2018, após foi encaminhada para esta Comissão no dia 11/04/2018, tendo a esta aportada no dia 17/04/2018, tudo conforme as folhas n.º 02 e 07/verso.

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei n.º 80/2017, de autoria da Deputada Janaina Riva conforme ementa acima.

De acordo com o projeto em referência, tal propositura visa dispor sobre os programas de habitação popular, implementados ou financiados, pelo Estado, destinados à população cuja renda familiar varia de 0 a três (3) salários mínimos, que deverão prever atendimento preferencial às mulheres chefes de família, idosas e mulheres com deficiência, respeitados os critérios da Lei 10.741/2003, Estatuto do Idoso.

A autora assim justifica:

“A mulher na sociedade atual já tem tomado consciência de sua tarefa no mundo em que está inserida, mas devido as suas condições de fraqueza adquiridas ao longo da história, não avançou eficientemente, como deveria ter progredido. Nos dias atuais, a mulher deve se entrosar melhor nos movimentos políticos que dizem respeito às suas questões, em todos os aspectos possíveis, tais como saúde, habitação, educação.

A luta pela participação da mulher na sociedade é velha e precisa de mais esforço, para que não exista o diferencial entre homem e mulher, mas que todos devem ser iguais como seres humanos que pensam e que produzem porque querem seu

1



espaço na sociedade moderna, para poder avançar conjuntamente com todos aqueles que buscam a melhora conjunta para todos.

É imprescindível observar a mulher pelo lado de sua integração na sociedade, conquistando espaço e ajudando a construir um mundo sem discriminação, onde homens e mulheres se completam na busca de um bem-estar conjunto, todos numa só união. Neste sentido, a mulher deve seguir dois caminhos, o de ser feminina-mulher-mãe e o de ser agente social, econômico e político, uma mulher participativa, trabalhadora e que quer contribuir para a evolução dos tempos sendo útil à sociedade. Por todos estes motivos a preferência à mulher mãe, chefe de família em programas que auxiliem na evolução e luta da mulher na sociedade é de extrema importância."

Cumprida a primeira pauta, o projeto foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso a qual exarou parecer de mérito favorável à aprovação, o qual foi aprovado em 1.^a votação pelo Plenário desta Casa de Leis no dia 20/03/2018.

Após, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise e parecer quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico.

É o relatório.

II – Análise

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, de acordo com o artigo 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso, e artigo 369, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno desta Casa de Leis, opinar quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico sobre todas as proposições oferecidas à deliberação da Casa.

O presente projeto de lei dispõe que os programas de habitação popular, implementados ou financiados, pelo Estado, destinados à população cuja renda familiar varia de 0 a três (3) salários mínimos, deverão prever atendimento preferencial às mulheres chefes de família, idosas e mulheres com deficiência, respeitados os critérios da Lei 10.741/2003, Estatuto do Idoso.

Considera ainda, para fins de composição da renda familiar para aquisição da casa própria ou obtenção de empréstimo imobiliário, referentes aos projetos habitacionais populares, financiados com recursos do Município ou parceria com outras instituições, poderá ser considerada a soma das rendas de todas as pessoas que convivam sob o mesmo teto, quando a família for chefiada por mulher.

[Assinatura]



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

10
10

Assim, o art. 1º da proposta atendendo aos preceitos constitucionais e legais ao prever atendimento preferencial às mulheres chefes de família, idosas e mulheres com deficiência, respeitados os critérios da Lei 10.741/2003, aos programas de habitação popular, implementados ou financiados, pelo Estado, destinados à população cuja renda familiar varia de 0 a três (3) salários mínimos.

Com relação a atribuição constante do projeto conforme disposto no artigo 2º, o mesmo já encontra-se intrinsecamente prevista nas ações dos gestores e dos servidores dos órgãos quando da execução direta do Programa.

Quanto ao disposto no art. 3º, qual seja a titularidade ser preferencialmente em nome da mulher, com base na Lei 11.124, de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS – é possível destacar como um de seus princípios o direito à moradia digna e à inclusão social, bem como a função social da propriedade com vistas à coibição da especulação imobiliária e o acesso à terra urbana com pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade. Consta no artigo 23 da mesma lei que os benefícios concedidos pelo SNHIS, os contratos celebrados e os registros cartorários deverão constar, preferencialmente, no nome da mulher.

Vale ressaltar ainda, um novo programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida PMCMV”, editado através da Lei 11977/2009, prevê a preferência para a realização do registro do imóvel em nome da mulher. Tal previsão vem disposta no artigo 35 da Lei 11977/2009:

“Art. 35. Os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV serão formalizados, preferencialmente, em nome da mulher”.

Assim, de acordo com a medida, em estabelecer que a mulher tenha prioridade na titularidade da posse e/ou propriedade de imóveis oriundos de programas habitacionais do Estado, se houver a separação do casal, a propriedade adquirida durante a união permanece no nome da mulher, independentemente do regime de bens aplicado.

Com efeito, ao fixar projeto de lei tratamento diferenciado às mulheres, por especial ser sua situação, dá-se um passo importante na implementação de políticas públicas afirmativas, logo, face o teor da propositura, não vislumbramos questões constitucionais e legais que sejam óbice para a aprovação do presente projeto de lei, uma vez que estão dentro dos ditames legais conforme elencado.

É o parecer.

S.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III – Voto do(a) Relator(a)

Pelas razões expostas, voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei n.º 80/2017, de autoria da Deputada Janaina Riva.

Sala das Comissões, em 03 de julho de 2018.

IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei n.º 80/2017 – Parecer n.º 277/2018	
Reunião da Comissão em	<u>03 / 07 / 2018</u>
Presidente: Deputado(a)	<u>max ruzi</u>
Relator(a): Deputado(a)	<u>Oscar Bezerra</u>

Voto Relator(a)
Pelas razões expostas, voto favorável à aprovação do Projeto de Lei n.º 80/2017, de autoria da Deputada Janaina Riva.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (a)
Relator(a)	
Membros	